

PORTUGUÊS COMO SEGUNDA LÍNGUA PARA SURDOS: RELATO DE EXPERIÊNCIA COM O GÊNERO CONVITE JUNTO A ALUNOS DA EDAC

Elaine da Silva Reis

Universidade Federal da Paraíba- elainereis1406@gmail.com

Resumo: O presente artigo traz reflexões sobre o ensino de língua portuguesa para alunos surdos, a partir de um relato de experiência de um trabalho com o gênero bilhete desenvolvido em uma turma de 8º ano da Escola de Audiocomunicação Demóstenes Cunha Lima – EDAC. Este trabalho traz um breve contexto histórico, filosófico e cultural da educação dos surdos, reflexões sobre o processo de Ensino/aprendizagem do português como segunda língua para alunos surdos e, por fim, a socialização da experiência com o gênero convite junto aos alunos da EDAC. Defendendo a proposta filosófica que norteia a educação bilíngue para surdos, o presente estudo vem ratificar a ideia de que as dificuldades apresentadas pelos alunos surdos no que diz respeito à aquisição da língua portuguesa resultam, na maioria dos casos, de práticas pedagógicas distorcidas, que desconsideram as peculiaridades linguísticas dos alunos surdos. Sendo assim, o professor precisa ter clareza de que a língua natural dos surdos, a Libras, é diferente da língua portuguesa, sendo uma de modalidade espacial-visual e a outra oral-auditiva. Portanto, essas duas línguas apresentam estruturas diferentes. Nessa perspectiva, desenvolveu-se o trabalho com o gênero bilhete na EDAC e dessa experiência resultou a convicção de que se os surdos compreenderem os textos sociais a partir de sua língua ficará mais fácil a construção de uma segunda língua e aumentarão as possibilidades da alfabetização em português. Além disso, foi possível observar a necessidade de nortear o ensino da língua portuguesa de forma contextualizada, a partir dos gêneros textuais que circulam na sociedade e não através de palavras ou frases isoladas, levando em consideração a realidade e as necessidades sócio comunicativas dos sujeitos surdos.

Palavras-chave: Surdo, Português, Convite.

Introdução

A história da educação dos surdos mostra os desencontros filosóficos e metodológicos vivenciados pelos sujeitos surdos no processo de aprendizagem da língua portuguesa. Depois de frustrantes tentativas decorrentes de ideias de ensino embasadas nas correntes do Oralismo e da Comunicação Total, finalmente o Bilinguismo ganha forças para mostrar que o surdo tem uma língua própria que é a língua de sinais e que, através dela, o surdo pode alcançar resultados significativos na aprendizagem dos conhecimentos socialmente construídos.

No Brasil, o Bilinguismo passou a ganhar destaque no cenário educacional a partir da oficialização da Língua Brasileira de Sinais - Libras, através da Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002 e da regulamentação da mesma pelo Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Isso fez com que os surdos tivessem uma maior visibilidade no tocante a suas necessidades pedagógicas e as especificidades para o desenvolvimento significativo da aprendizagem.

Com isso, foi possível que os sujeitos surdos têm uma cultura própria centrada, principalmente, em sua forma de comunicação. Eles aprendem o mundo e compartilham



valores utilizando uma comunicação espaço-visual, em substituição à audição e à fala. Depois de tantos transtornos, viu-se que o surdo é capaz de aprender. O que precisa mudar é a forma de conduzir a aprendizagem desse sujeito. É necessário buscar metodologias que tenham a língua de sinais como língua de instrução e o português como segunda língua para que os alunos surdos sejam inseridos, de fato, no processo de ensino/aprendizagem.

Pensando nisso, o presente artigo traz reflexões sobre o ensino de língua portuguesa para alunos surdos, a partir de um relato de experiência de um trabalho com o gênero bilhete desenvolvido em uma turma de 8º ano da Escola de Audiocomunicação Demóstenes Cunha Lima – EDAC, instituição na qual a autora do trabalho é professora de língua portuguesa.

Para tanto, trazemos um breve contexto histórico, filosófico e cultural da educação dos surdos, em seguida, discorremos sobre o processo de Ensino/aprendizagem do português como segunda língua para alunos surdos e, por fim, socializamos a experiência com o gênero convite junto aos alunos da EDAC.

Breve contexto histórico, filosófico e cultural da educação dos surdos

A educação dos Surdos, conforme mostra Goldfeld (2002), tem como base três filosofias educacionais, a saber: o Oralismo, a Comunicação Total e o Bilinguismo. A filosofia Oralista “visa a integração da criança surda na comunidade de ouvintes, dando-lhes condições de desenvolver a língua oral (no caso do Brasil, o português)” (GOLDFELD, 2002, p.33). Os recursos metodológicos utilizados nessa filosofia são as seguintes: Verbo-tonal, aural, acupédico e audiofonatória, todas têm como ponto de partida e de chegada a oralidade. Essa perspectiva tem a língua oral como única forma de comunicação das pessoas com surdez, descartando qualquer outra forma de comunicação. Logo, seu foco é a aquisição da linguagem, enquanto código linguístico, enquanto regras gramaticais.

A Comunicação Total apresenta novas perspectivas em relação à educação de surdos. Percebe a linguagem não mais de um ponto de vista fechado como na filosofia Oralista, mas concebe a linguagem enquanto processo comunicativo. Assim, seu objetivo como aponta Goldfeld (2002, p.36) é “aproximar e facilitar a comunicação e a educação dos surdos.” Para tanto, sua metodologia consiste em utilizar todos os recursos necessários para facilitar a comunicação e a interação.

A terceira filosofia, o bilinguismo “tem como pressuposto básico que o surdo deve ser bilíngue, ou seja, deve adquirir como língua materna a língua de sinais, e como segunda língua, a língua oficial do seu país”. (GOLDFELD, 2002, p. 42). Sendo assim, seu objetivo é



o desenvolvimento e a comunicação dos surdos, a partir do aprendizado e do uso da linguagem de sinais e também da língua oficial do país. Logo, o foco do Bilinguismo é “entender o Surdo, suas particularidades, sua língua (Libras), sua cultura e a forma singular de pensar e agir.” (GOLDFELD, 2002, p. 43).

A memória coletiva permite recuperar o papel do surdo ao longo da história, mostrando que o sujeito surdo ocupou um lugar marginalizado na sociedade brasileira. Os surdos eram vistos como deficientes, incapazes e até como loucos. Sobre estes sujeitos pairava a ideia da inutilidade, da compaixão.

Durante muito tempo vigorou a vontade de verdade de que o surdo era um coitado que deveria viver sempre a mercê do auxílio dos ouvintes. Nas relações de poder entre surdos e ouvintes estava bem definido o lugar de supremacia ocupado pelo ouvinte, restando ao surdo o lugar da inquestionável subserviência e da passividade.

No entanto, com o passar dos tempos, os surdos foram mostrando à sociedade que têm uma cultura própria centrada principalmente em sua forma de comunicação. Os membros de uma Cultura Surda se comportam como pessoas surdas, usam a língua de sinais como sua principal identificação e compartilham das crenças das pessoas surdas entre si e com pessoas que não são surdas.

No contexto das pessoas surdas, o termo cultura está relacionado à questão da identidade, tendo em vista que representa um modo particular de apreender o mundo. A cultura, segundo Padden (1989, p. 5) é o resultado de um conjunto de comportamentos aprendido de um grupo de pessoas que possui sua própria língua, valores, regras de comportamento e tradições.

Os surdos apreendem o mundo e compartilham valores utilizando uma comunicação espaço-visual, em substituição à audição e à fala. O surdo difere do ouvinte, não apenas porque não ouve, mas porque desenvolve potencialidades psicoculturais próprias. Em quase todas as cidades do mundo pode-se encontrar associações de surdos onde eles se reúnem e convivem socialmente. De acordo com Felipe (2001), ser “Surdo” é fazer parte de uma cultura e de uma comunidade Surda, é atuar politicamente para ter seus direitos de cidadania e linguísticos respeitados.

A partir dessas perspectivas mais amplas em torno da importância da língua de sinais para os surdos, passou-se a desenvolver estudos que desmistificam algumas crenças que envolvem essa língua como, por exemplo, o fato de que a mesma não é universal, tendo em vista que, assim como outras línguas naturais, é consolidada de acordo com as necessidades



reais de seus usuários, ou seja, “Em qualquer lugar em que haja surdos interagindo, haverá língua de sinais” (GESSER, 2009, p.12).

Sendo assim, a língua de sinais varia não só entre países, mas também a partir de fatores históricos, sociais, regionais e outros que marcam da mesma forma as variações existentes nas mais variadas línguas. Gesser (2009) defende que as línguas de sinais se assemelham as línguas orais no que diz respeito a sua estrutura, já que também “são formadas a partir de unidades simples que, combinadas, formam unidades mais complexas” (GESSER, 2009, p.19) e se diferenciam quanto à forma, tendo em vista que, enquanto as línguas orais se dão através do par vocal/auditivo, as linguagens de sinais se apresentam por meio do par visual/gestual.

Dadas as variações, a língua oficial dos surdos, no Brasil, recebe a nomenclatura de Língua Brasileira de sinais (LIBRAS) e, assim como a língua portuguesa, possui um alfabeto manual que “tem uma função de interação entre os usuários da língua de sinais.

É na perspectiva bilíngue que acreditamos que o ensino de língua portuguesa deva ocorrer para os surdos, por isso, antes de socializarmos nossa experiência com o gênero convite, passaremos a discorrer sobre questões que envolvem o processo de ensino/aprendizagem do português para surdos.

Ensino/aprendizagem do português como segunda língua para alunos surdos

É comum ouvir falar sobre as dificuldades apresentadas pelos alunos surdos no que diz respeito à aquisição da língua portuguesa. Muitas vezes, os surdos são alvos de discriminação não só pelo fato de não falar, mas também por não conseguirem escrever “corretamente” o português.

Na verdade, o que ocorre é que as pessoas, a maioria da vezes, criticam o que não conhecem. Antes de tudo, é preciso levar em consideração que a língua natural dos surdos, a Libras, é diferente da língua portuguesa, sendo uma de modalidade espacial-visual e a outra oral-auditiva. Logo, essas duas línguas apresentam estruturas diferentes.

Sendo assim, a língua portuguesa, em sua modalidade escrita, funciona para os surdos como segunda língua e é natural que, no momento da escrita do português, os alunos surdos sejam influenciados pela estrutura de sua língua natural.



Com isso, vemos que o maior desafio do ensino/aprendizado da língua portuguesa, em sua modalidade escrita, para alunos surdos diz respeito à superação de metodologias inadequadas que, muitas vezes, não atendem mais nem as necessidades pedagógicas dos alunos ouvintes. O exemplo disso ainda é a ocorrência de um ensino centrado na frase e na aquisição da nomenclatura da gramática normativa como um fim em si mesma. A língua se configura por meio de textos e não através de palavras ou frases descontextualizadas.

Os textos, por sua vez, estão situados em determinadas práticas sociais e em domínios discursivos específicos, logo, a produção de sentido que emerge dos textos envolve diferentes posicionamentos históricos, sociais e ideológicos que se materializam em diferentes gêneros textuais. Nas palavras de Dell'Isola (2007, p.17), os gêneros textuais “são práticas sócio históricas que se constituem como ações para agir sobre o mundo e dizer o mundo, constituindo-o de algum modo”.

Diferentemente dos tipos textuais difundidos de forma mecânica no interior da instituição escolar, os gêneros textuais apresentam características sócio comunicativas definidas por conteúdos, propriedades funcionais, estilo e composição características e, principalmente “são fenômenos históricos, profundamente vinculados à vida cultural e social (...). São entidades sócio discursivas e formas de ação social incontornáveis em qualquer situação comunicativa” (MARCUSCHI, 2003, p. 19), que, mesmo contribuindo para ordenar e estabilizar as atividades comunicativas do cotidiano, se constituem como eventos textuais altamente dinâmicos.

Por estar na atmosfera social, a relevância dos estudos a partir dos gêneros se dá, em princípio, pelo fato de que, para agir socialmente, o sujeito leitor e produtor de textos precisa se situar em uma de suas representações, reconhecer suas características e fazer uso delas.

Diferentemente de abordagens presas somente às tipologias textuais que resultam na utilização do que Mendonça (2003, p. 251) chama de “estratégias de preenchimento da folha de papel em branco, sem interesse em produzir linguagem (diálogo: exposição de ideias e argumentação, por exemplo)”, o trabalho com gêneros promove a aproximação entre o aluno e os textos que o cerca no cotidiano, dando, portanto, sentido a sua produção.

A concepção de texto enquanto prática sócio histórica nos leva a compreensão de que tanto a leitura quanto a escrita envolvem todo um sistema sociocultural internalizado pelo sujeito ao longo de sua vida, a partir do contexto histórico no qual esteja inserido. Com isso, não se pretende afirmar que tais competências resultem apenas de uma experiência individual, mas que se constituem como atividades política e ideologicamente situadas.



A partir do momento em que os professores buscam adequar sua prática pedagógica às necessidades dos surdos, procurando metodologias que contemplem o universo visual desses alunos, vê-se que há um salto qualitativo na aprendizagem desses educandos.

Diante disso, cabe ao professor criar estratégias de ensino de português como segunda língua, utilizar bastantes recursos visuais, fazer adaptações de atividades libras/português, trabalhar diferentes gêneros textuais e, sobretudo, levar os alunos surdos a se sentirem motivados para ler e escrever na língua portuguesa. Com base nessas ideias procuramos desenvolver nossas aulas de língua portuguesa na EDAC. No tópico, a seguir, apresentaremos um exemplo a partir do trabalho com o gênero convite.

Socialização da experiência com o gênero convite

No mês de Junho, como na maioria das escolas, a EDAC costuma comemorar a tradicional festa junina. Os alunos ficam bastante empolgados com esse festejo, por isso, decidimos realizar uma proposta de produção textual condizente com o momento e, como a escola estava e organizando para promover a tão esperada festa junina, optamos pela produção do convite.

Iniciamos a aula retomando com a turma as tipologias textuais já trabalhadas e introduzimos a nova proposta perguntando a turma sobre como fariam para convidar alguém para uma festa formal, alguns alunos disseram que mandariam um convite e a partir daí a professora foi levantando as hipóteses de como seria esse convite escrito, os alunos disseram que deveria ter a hora da festa, a data e o lugar e a professora completou em Libras que características têm um tipo de texto como esse.

Após essa conversa inicial e a explicação das características do texto, apresentamos em data show um convite para festa junina e explorando todo o texto em Libras e explicando detalhadamente cada uma das características do convite. O estímulo visual foi importante para facilitar a compreensão do texto, os alunos acompanhavam a leitura em Libras com base no convite exposto:





Depois da compreensão do texto pelos alunos, percebemos o interesse em escrevê-lo, a turma combinou uma festa junina para a sala compreendendo que para elaborar aquele texto só faria sentido se a festa pudesse acontecer. Então, a professora fez uma lista no quadro das comidas juninas que poderiam ter na festa, os alunos sinalizavam em Libras e ela escrevia em português, combinaram o dia, a hora e quem convidariam, a professora sugeriu que cada aluno convidasse um amigo da escola. Depois de toda elaboração da festa, a professora sugeriu que cada um escrevesse seu convite.

Ao todo, foram escritos onze convites a partir dos quais tivemos a oportunidade de fazer uma sondagem sobre os níveis de interlíngua nos quais os alunos se encontravam para então propor atividades de reescrita coletivas e fazer intervenções mais diretas e individualizadas, levando os alunos a avançarem em sua produção escrita na língua portuguesa.

É um desafio para o professor conhecer e compreender os estágios de interlíngua, mas esse conhecimento pode auxiliar o professor a buscar metodologias que favoreçam os alunos a avançarem na escrita do português.

Considerações finais

Este trabalho nos fez sentir na prática que o ensino da língua portuguesa, principalmente quando está configurado como um trabalho de segunda língua para alunos surdos, requer a compreensão de que o fazer docente é um processo bastante dinâmico e complexo que demanda um cuidado constante em se planejar e avaliar concepções, objetivos e procedimentos, a partir de uma postura crítica, reflexiva e investigativa.

Entendemos que, embora não se tenha consciência sobre as ideologias que embasam o fazer docente, o processo de ensino-aprendizagem não é algo neutro, mas fundamentado em diferentes concepções acerca do que seja o próprio ensino, o sujeito que se pretende formar e os conteúdos e ações que se deve privilegiar.

A experiência nos mostrou a importância do trabalho desenvolvido com os surdos a partir de sua primeira língua, a Libras, pois percebemos que se os surdos compreenderem os textos sociais a partir de sua língua ficará mais fácil a construção de uma segunda língua e, conseqüentemente, aumentarão as possibilidades da alfabetização em português.



Vimos também a necessidade de trabalharmos as atividades de leitura e escrita de forma contextualizada, a partir dos gêneros textuais que circulam na sociedade e não através de palavras ou frases isoladas, levando em consideração a realidade e as necessidades sócio comunicativas dos sujeitos surdos .

Referências bibliográficas

FELIPE, T. **Libras em contexto**: curso básico, livro do estudante/cursista. Brasília: Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos, MEC: SEESP, 2. ed, 2001.

DELL'ISOLA, R. L. P. Retextualização de gêneros escritos. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

GESSER, A. **LIBRAS?:** Que língua é essa?: crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

MARCUSCHI, L.A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONISIO et. al. (Org.). *Gêneros textuais e Ensino*. 2.ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.

MENDONÇA, D. **A noção de antagonismo na ciência política contemporânea**: uma análise a partir da perspectiva da teoria política do discurso. *Rev. Sociol. Polit.*, Curitiba, n. 20, p. 135-145, Junho 2003

GOLDFELD, Marcia. **A criança surda**: linguagem e cognição numa perspectiva socio-interacionista. 2 ed. São Paulo: Plexus Editora, 2002.

PADDEN, C. The deaf community and the culture of deaf people. In: WILCOX, S. (Ed.) **American Deaf Culture**: na anthology. Burtonville, MD: Lindtok Press, 1989.